

A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL NA CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mirtes Aparecida Almeida Sousa

PPGE/Universidade Federal de Campina Grande (mirtes222@hotmail.com)

Dr. Dorivaldo Alves Salustiano

PPGE/Universidade Federal de Campina Grande (dorivaldo.salustiano@gmail.com)

Eliane Fernandes Gadelha Alves

PPGE/Universidade Federal de Campina Grande (elianegadelhaalves@bol.com.br)

Resumo

O debate acerca da diversidade está cada vez mais presente na sociedade e também vem ocupando um lugar central na educação, especialmente depois que a legislação educacional brasileira orientou a incorporação do tema aos currículos da educação básica. A causa dos afro-brasileiros ganhou mais relevo a partir dos anos 1990 em decorrência de reivindicações coletivas buscando afirmação da sua identidade e o reconhecimento dos seus direitos (MOEHLECKE, 2009). Nesse contexto, a diversidade etnicorracial ganhou grande evidência entre os docentes (GOMES, 2007), que passaram a discutir a importância da população negra enquanto grupo identitário e sua contribuição para a história e a cultura do nosso país. Candau (2012) evidenciou a forte presença das diferenças em nossas escolas. A educação para a diversidade requer uma abordagem conceitual e prática consistente, pois ainda é um assunto polêmico por demandar posicionamentos sobre inclusão, preconceito, discriminação, desigualdades sociais, religião, dentre outros aspectos. Este artigo discute as concepções pedagógicas de quatro professoras dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública acerca de questões etnicorraciais. Os dados analisados fazem parte de uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 2008) realizada mediante o emprego de questionários e entrevistas. No contexto analisado, as exigências legais constituem fator determinante na abordagem da temática pelas professoras, que o fazem segundo uma perspectiva de conciliação das diferenças, embora persistam preconceitos em relação às religiões de matriz africana.

Palavras-chave: Diversidade etnicorracial, concepções de docentes, ensino fundamental.

1. Introdução

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa do Mestrado Acadêmico em Educação, na qual nos propusemos a investigar as concepções de diversidade de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola pública. Para a composição desse artigo focalizamos os achados referentes às concepções das docentes relacionadas às relações etnicorraciais, especificamente voltada para a forma como as professoras abordam conteúdos etnicorraciais em sala de aula. Sabemos que esta temática envolve questões identitárias, sociais, culturais e legais. Estas dimensões da diversidade etnicorracial se fazem presentes em

nossa pesquisa por intermédio da escuta e diálogo promovido por meio de entrevistas realizadas no espaço escolar.

No contexto das discussões etnicorraciais, o currículo da educação básica foi uma das instâncias que passou por transformações mais significativas nos últimos anos, devido, sobretudo, às reivindicações e conquistas que foram fruto de lutas de grupos identitários, como os negros. Tais demandas fizeram com que o currículo educacional fosse flexibilizado, levando em consideração a existência e a cultura de coletivos sociais que durante muitos anos foram invisibilizados na sociedade brasileira. Segundo Moreira e Júnior,

Como a difusão de novas identidades culturais demonstra que a cultura, longe de ser homogênea e monolítica, é de fato, complexa, múltipla, conflituosa, descontínua, o currículo pode expressar todo um deslocamento de fronteiras, bem como questionar às diferenças de gênero, raça e sexualidade. Nessa perspectiva, visões hegemônicas terminam por ser problematizadas. O currículo é, assim, um campo de lutas e de produtividade, diretamente relacionado à cultura e às relações sociais. (2016, p.48).

As lutas dos negros pela valorização da sua cultura, entre outros aspectos, resultaram na mudança da legislação e conseqüentemente do currículo, demonstrando assim que currículo é disputa e também alvo de questionamentos e problematizações da sociedade contemporânea. Muitas conquistas dos afro-brasileiros só aconteceram graças às reivindicações do movimento negro (DOMINGUES, 2007; SILVÉRIO, 2002).

Mas, de que forma estas questões são expressas na prática pedagógica e nas reflexões dos sujeitos deste estudo? Neste trabalho, refletimos sobre as concepções de diversidade para a educação etnicorracial que predominam no discurso das professoras que estão em efetivo exercício profissional nos anos iniciais do ensino fundamental.

2. Metodologia

Objetivando conhecer como docentes que atuam nos anos iniciais de uma escola pública no interior do estado da Paraíba têm concebido e abordado as complexas temáticas relativas à diversidade etnicorracial, constituímos uma amostra intencional (MINAYO, 2008), composta por uma professora de cada turma do 2º ao 5º ano, selecionadas com base nos seguintes critérios: 1) ser graduada em Pedagogia; 2) ser efetiva da rede pública municipal há pelo menos cinco anos e 3) estar atualmente no exercício da docência. A escolha dos sujeitos do estudo teve por base o pressuposto de que,

Todas as pessoas que participam da pesquisa [...] elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõem-se, pois, que elas tenham um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam suas ações individuais. (CHIZZOTI, 2001, pg. 83).

A aceitação dos sujeitos para participação no estudo foi firmada mediante a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, redigido de acordo com os preceitos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFCG e da Plataforma Brasil. A pesquisa foi cadastrada na Plataforma Brasil sob o número 69013317.3.0000.5182.

Entre as docentes escolhidas, uma trabalha no turno da manhã e três trabalham no turno da tarde. Os nomes próprios dos sujeitos da pesquisa foram substituídos por pseudônimos¹, tendo em vista o respeito ao compromisso de preservar sua identidade. As docentes participantes do nosso estudo e as turmas que lecionaram no ano letivo de 2017 foram as seguintes: Bianca - 2º ano, Lis – 3º ano, Pérola – 4º ano e Cíntia – 5º ano.

Como estratégias metodológicas² para melhor conhecer os sujeitos do estudo, utilizamos questionários com questões fechadas e abertas (MOREIRA e CALEFFE, 2008) para obter informações do perfil das professoras. Realizamos também entrevistas semiestruturadas individuais com as participantes da nossa pesquisa. No processo de análise dos resultados utilizamos o método da análise de conteúdo de Bardin (2009).

3. Resultados e discussão

A partir de agora, veremos o entendimento de cada professora de acordo com os dados que obtivemos em nossa pesquisa, relacionada às concepções das docentes sobre a diversidade etnicorracial na escola.

A professora Bianca, do 2º ano, demonstra acreditar que o currículo escolar precisa desenvolver temáticas relacionadas à diversidade na perspectiva de respeitar as diferenças, por isso deve expressar “*propostas que visem à superação do preconceito e da discriminação dentro dos princípios éticos de igualdade, dignidade, justiça e respeito mútuo às diferenças*”. De acordo com a afirmação dessa docente, o respeito mútuo aparece como um fator importante para o convívio com as diferenças. A docente parece reconhecer na abordagem curricular da temática as possibilidades de superação do preconceito e da discriminação que

¹ Os pseudônimos foram escolhidos pelas próprias professoras, atendendo uma solicitação da pesquisadora.

² As estratégias metodológicas para a construção desse artigo foram apenas os questionários e as entrevistas, já na pesquisa completa da dissertação de mestrado utilizamos também observações de aulas registradas num diário de campo.

existe na sociedade, sendo que um trabalho pedagógico nesse sentido demonstra ser desafiante para o currículo escolar.

Já a professora Lis, do 3º ano, reflete sobre a questão da diversidade etnicorracial tomando por base sua experiência em sala de aula, destacando o preconceito que seus alunos demonstraram em relação às práticas religiosas relacionadas com uma religião de matriz africana. Quando perguntada se a diversidade influencia na aprendizagem dos alunos, ela constrói a seguinte argumentação:

Deveria influenciar mais, [...] eu acho também que é uma questão muito cultural de não respeitar a diversidade, não é só o professor trabalhar na sala de aula. Porque, às vezes, eu trabalho [...]o respeito às diferenças, mas as mães em casa, elas reforçam um preconceito, então fica difícil, porque a gente passa quatro horas com as crianças aqui, mas a mãe, o pai, também tem essa questão de vir de casa, da educação, do respeito. [...] “Tia eu não falo com fulano não porque a mãe dele é macumbeira!” Eu tinha muito isso na minha sala quando eu tinha uma aluna que a mãe dela tem um terreiro aqui, eu não sei pra que lado fica. Aqui perto da escola. Então as crianças não gostavam dela por isso, então ela era uma criança isolada, então já tinha um preconceito. (Lis, professora do 3º ano, em entrevista realizada em 09/08/2017).

No relato dessa professora, em nossa interpretação, muitos aspectos podem ser relacionados aos desafios da educação etnicorracial. Primeiro, a professora ressalta o preconceito e a falta de respeito às práticas religiosas de matriz afro-brasileira, indicando o descompasso entre a influência da escola e da família na compreensão da questão, observando que algumas crianças aprendem a ser preconceituosas com os próprios pais, com os quais convivem por maior tempo do que com os professores, que defendem o respeito às diferenças. O fato de conviver por mais tempo com atitudes preconceituosas e discriminatórias exercidas pelos próprios pais se contrapõem aos esforços da professora para garantir que as crianças tenham atitudes respeitadas.

Diferentemente do que foi relatado pela professora Lis, Tramonte (2006) destaca que nas religiões afro-brasileiras a figura feminina é respeitada, ocupa um lugar central nos cultos e celebrações religiosas e por serem a “mãe de santo” possuem um grande prestígio social, liderança e são importantes conselheiras na vida dos seus “filhos”, que participam do terreiro.

Entretanto, ainda de acordo com os estudos de Tramonte (2001) percebemos que a religião advinda do povo negro sofre muitos preconceitos e não há respeito nem o

reconhecimento da “mãe de santo” como líder religiosa, resultando na invisibilidade das religiões de matriz africana. Ainda segundo este autor,

A invisibilidade se origina do desconhecimento absoluto das práticas culturais do grupo negro, aliada a um menosprezo nascido do preconceito que gera, então, o “olho cego” da concepção dominante que, de fato, “não enxerga” algumas práticas afro-brasileiras essenciais, como a religião. (...) O “olho cego” ao menosprezar a cultura, não a vê, porque não a representa de fato, negando sua existência real e sua materialidade (TRAMONTE, 2001, p. 46).

Como estes dados evidenciam, o preconceito gera o menosprezo e a discriminação dos praticantes da religião de matriz africana. Um exemplo claro dessa situação é o fato dos alunos da professora Lis não querer falar com uma menina porque sua mãe era “macumbeira”.

Um aspecto importante a ser considerado é que as professoras Bianca e Lis demonstraram ter consciência dessas práticas de preconceito e discriminação no contexto da sala de aula e podem se contrapor a elas. Esta parece ser uma das conquistas dos coletivos de sujeitos e movimentos sociais que lutam contra a discriminação das minorias e reivindicam o respeito e o reconhecimento de suas diferenças como elemento de afirmação pessoal e coletiva. Candau (2012, p. 236) ressalta que

Diferentes manifestações de preconceito, discriminação, diversas formas de violência - física, simbólica, *bullying* -, homofobia, intolerância religiosa, estereótipos de gênero, exclusão de pessoas deficientes, entre outras, estão presentes na nossa sociedade, assim como no cotidiano das escolas. A consciência desta realidade é cada vez mais forte entre educadores e educadoras. (grifo da autora)

Em seus estudos, Candau (2012) observou a grande evidência da presença das diferenças em nossas escolas. Em nossa pesquisa tanto identificamos esta realidade quanto o valor do respeito entre os alunos para que as professoras consigam realizar sua prática pedagógica. Ao refletirmos sobre o depoimento da professora Lis, detectamos que a criança que tinha uma religião “diferente” dos demais alunos era marginalizada e excluída das brincadeiras pelos colegas.

A professora Cíntia, do 5º ano, apontou a importância do respeito no sentido de valorização das pessoas e destacou o papel da cultura afro-brasileira. Quando perguntada sobre que aspecto da diversidade ela costuma abordar em seu plano de ensino, ela disse que:

Normalmente nós trabalhamos os direitos do aluno através do ECA, através também da cultura afro-brasileira, abordando também a questão indígena como eu já disse, a cultura afro, entre outros, também valorizando a questão das limitações de alguns educandos para que haja o respeito entre eles e a valorização de cada um. (Cíntia, professora do 5º ano, em entrevista realizada em 14/08/2017).

A docente afirma trabalhar os direitos dos alunos com base no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como também a cultura afro-brasileira e indígena, na perspectiva de promover o respeito entre eles e com o seu próximo. Na sua resposta, Cíntia faz referência à lei que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (BRASIL, Lei nº. 11.645/2008). Ela destaca o respeito como uma categoria central em relação à diversidade. Na sua fala a lei aparece como inspiração para a sua ação pedagógica. A professora valoriza as limitações como forma de chamar a atenção para a necessidade de respeito mútuo, pois todos nós apresentamos algum tipo de limitação. Neste caso, o respeito parece ser sinônimo de reconhecimento de uma condição comum a todas as pessoas, e não de tolerância à falta do outro.

A professora Cíntia ressalta o direito dos alunos e também destaca a importância da inserção da cultura afro-brasileira, que, como sabemos, foi implantado no currículo escolar mediante uma exigência legal. Assim, também ressaltamos que a cultura afro-brasileira foi consequência das lutas dos movimentos sociais. Segundo Gomes (2007, p. 26),

Tais movimentos indagam a sociedade como um todo e, enquanto sujeitos políticos, colocam em xeque a escola uniformizadora que tanto imperou em nosso sistema de ensino. Questionam os currículos, imprimem mudanças nos projetos pedagógicos, interferem na política educacional e na elaboração de leis educacionais e diretrizes curriculares. (GOMES, 2007, p.26)

De acordo com Gomes (2007) podemos perceber que os movimentos sociais e culturais foram importantes para a visibilidade de muitos sujeitos, pois eles conquistaram um lugar político e fizeram com que o currículo homogêneo existente na escola fosse questionado. Portanto, a partir do momento que houve mudanças na legislação, o currículo e a política educacional como um todo teve que inserir a questão da cultura afro-brasileira e indígena. Tal situação obrigou professores e alunos de todo o Brasil a tratar como tema de estudo uma série de questões relativas à convivência e à necessidade de reconhecimento das contribuições dos negros e índios para a formação do país.

As culturas afro e indígena são mencionadas pela professora Bianca, do 2º ano, como exemplo de como a diversidade é abordada em sua sala de aula. Ela relatou que,

a questão da cultura afro, da cultura indígena, que são coisas que a gente sabe que são temas que têm que trabalhar, temos que integrar em nossa sala de aula. Então essa é uma das questões que vem sendo muito discutida para que a gente resgate dentro de sala de aula, tanto da cultura afro, quanto a cultura indígena. (Bianca, professora do 2º ano, em entrevista realizada em 16/08/2017).

Na percepção dessa professora a cultura é uma questão que tem que ser trabalhada. Ela menciona a cultura indígena e a cultura afro que, por sua vez, chegaram à escola por causa de uma imposição legal. Observamos que a docente não fala da cultura de uma forma ampla, mas restringe a questão indígena e africana.

Já a professora Lis falou com bastante ênfase na questão religiosa e afirmou que iria trabalhar esta temática com seus alunos em um momento específico, quando chegasse a semana de trabalhar o tema. Entretanto, o seu discurso se mostra contraditório porque, ao mesmo tempo em que ela diz que não tem dificuldade para abordar a diversidade em sua prática pedagógica, também fala que os alunos vão sentir um desconforto ao estudar as religiões de matriz africana:

Os alunos são muito receptivos, porque criança é uma coisa muito aberta, elas não são aquela coisa, “Ah! Eu não quero!”. Sempre eles escutam, eles têm aquele choque! Se eu tratar, eu ainda não tratei das diversidades religiosas - eu tô louca que chegue a esta semana. Então eu sei que quando chegar essa semana, quando eu for falar das religiões de matriz africana, vai ser aquele desconfortozinho, que eu sei na carinha deles que eles não vão gostar! Mas, assim, eles não dizem: “Ah, eu não quero ouvir sobre isso!” Eles ouvem, mas, assim, o que eles vão fazer com o que eles vão ouvir é isso que eu não sei, tá! Não é um assunto que eu... já tenho nove anos de sala de aula, nunca tive nenhum problema em abordar nenhum tema de diversidade. (Lis, professora do 3º ano, em entrevista realizada em 09/08/2017).

Embora reconheça que seus alunos sejam “muito receptivos, porque criança é uma coisa muito aberta” a professora pressupõe que os alunos se sentirão desconfortáveis ao abordar a questão da diversidade religiosa. Talvez o desconforto que as crianças sentem ao falar das religiões de matriz africana seja pelo fato de ser uma religião que tem menos visibilidade social, não fazendo parte das práticas religiosas da cultura dominante. Na

afirmação de D'Adesky (2001, p. 131): “o modo de representação afro-brasileira fica na situação de subordinado diante do modo dominante devido ao seu menor grau de domínio do espaço público, o que se traduz como falta de poder”.

Já a professora Pérola, do 4º ano, ao lado da educação especial e étnico-racial, mencionou na sua entrevista a religião como uma das dimensões que fazem parte da diversidade. Segundo ela, a diversidade se faz presente em sua sala de aula, “*seja na relação da educação especial, na diversidade da educação étnico racial, [...] na religião*”. Para ela, a religião é tão importante como a questão da educação especial e étnica. Ela não chegou a detalhar mais fatos sobre a religião durante o processo da entrevista.

Sobre este aspecto Caputo (2008) ressalta que as religiões afro-brasileiras tiveram que lutar por sua sobrevivência para manter relações com a ancestralidade. Historicamente as religiões de matriz africana foram obrigadas a viver no silenciamento e seus rituais ocorriam de forma secreta. Sendo assim, percebemos o esforço do povo negro em preservar sua identidade religiosa, pois desde que chegaram ao Brasil foram alvo de perseguições e até hoje sofrem preconceito, discriminações e até violências por parte de pessoas que abominam e não toleram as religiões de matriz africana.

Concordamos com Brandão (1977) quando afirma que a religião possui um grande significado simbólico para explicar o mundo e exercer controle sobre os sujeitos que fazem parte de uma tradição religiosa. Assim, a religião influencia no modo como cada indivíduo vê a vida e também contribui na reprodução de padrões culturais.

A professora Bianca destacou a diversidade na perspectiva da cultura afro-brasileira, como um conteúdo de ensino na sua entrevista.

A gente vê a importância disso quando a gente trabalha, quando a gente traz pra sala de aula uma atividade da cultura-afro, a riqueza que a gente encontra. A gente pede pra eles, a gente faz um conto, e pede pra eles fazerem uma ilustração e no final você vê a beleza, a riqueza que é. E era um assunto que estava adormecido, que ninguém dizia e se não fosse a exigência das leis, hoje ninguém falava do assunto. Então é de fundamental importância. (Bianca, professora do 2º ano, em entrevista realizada em 16/08/2017).

Ao pensar na diversidade como um tema de ensino que faz parte do currículo, a professora mencionou as atividades que desenvolve sobre a cultura-afro, comentando que era um assunto interessante para ser trabalhado em sala de aula. Porém destacou que há esta ênfase no trabalho pedagógico com essa temática devido às exigências legais que causaram

impactos no currículo, no planejamento e no desenvolvimento das atividades com seus alunos.

É importante lembrar que a inserção da cultura-afro no currículo escolar demonstra o que Silva (2007) aponta em seus estudos ao afirmar que o currículo é um campo de conflitos e um território político contestável, pois os negros conseguiram, depois de anos de muitas reivindicações, fazer com que elementos da sua cultura e diversidade fossem inseridos no currículo nacional, provocando alterações na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996).

A professora Lis do 3º ano fez muitas referências de como as garantias legais contribuíam com o trabalho da diversidade na escola. A primeira referência e a mais enfática foi sobre a lei da cultura afro-brasileira. Sendo assim, ela argumentou:

Não são todas as leis que chegam as escolas né. Eu, as que eu tenho mais conhecimento são as duas leis: a 10639, que é a lei da cultura afro-brasileira e a que trabalha a cultura indígena, porque foi obrigado os profissionais da educação trabalharem, desenvolverem trabalhos com essa temática, então de lei que eu tenho conhecimento são essas, que eu mais trabalho também porque eu fiz uma especialização nesse sentido, pra mim ficou muito mais fácil discutir essas coisas. (Lis, professora do 3º ano, em entrevista realizada em 09/08/2017).

A docente mencionou com convicção o número da lei, ressaltou a obrigação de trabalhar com a cultura afro-brasileira e também disse que o fato de ter estudado uma especialização facilitou a sua compreensão no assunto.

No conjunto da argumentação formulada por essa professora do 3º ano, a cultura afro-brasileira e a indígena ganhou um lugar de destaque na educação básica porque houve alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para implantar o assunto. Ela também afirmou categoricamente que “foi preciso ser obrigatório para que isso acontecesse. Infelizmente”, reforçando a ideia de que se não fosse a exigência legal, o tema de diversidade como a cultura afro-brasileira e indígena talvez ficasse sem espaço para ser abordado na escola.

Observamos que as professoras do 2º e do 3º ano deram muita ênfase à questão da cultura afro-brasileira e indígena quando se referiram às exigências legais, fato que mostra a importância desses grupos terem se organizado e buscado uma participação política mais efetiva em prol da afirmação da sua identidade e do reconhecimento dos seus direitos. Acerca desse assunto, Moehlecke (2009) diz que,

A participação política de determinados grupos definidos a partir de uma identidade cultural em comum é o aspecto mais controverso dessas demandas e também o mais difícil de ser equacionado. É possível identificar uma preocupação com a diversidade cultural em iniciativas que vem sendo tomadas no âmbito das políticas públicas brasileiras, especialmente a partir do final dos anos 1990, articuladas a questões como gênero, raça e etnia. (MOEHLECKE, 2009, p. 465)

Percebemos que a trajetória de lutas e reivindicações dos grupos sociais ganhou mais espaço a partir dos anos 1990, dando visibilidade às questões de raça e etnia com grande destaque. Fato que pode ser visto pela obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena que foi mencionado pelas professoras anteriormente.

4. Conclusões

De acordo com o exposto percebemos que a diversidade etnicorracial está presente na prática pedagógica das professoras que participaram da nossa pesquisa, especialmente por força da Lei 11.645/2008, que determinou a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino. Logo, constatamos que esta exigência legal fez com que as crianças que estudam os anos iniciais do ensino fundamental tenham acesso a atividades relacionadas a esse tema na escola.

Constatamos que, ao mencionar a legislação educacional, as professoras enfatizam sobretudo o caráter de obrigatoriedade do trabalho com questões etnicorraciais e temas relativos à cultura afro-brasileira nas escolas públicas. Consideram que, na ausência de tal imposição legal, esses temas poderiam não ser sequer abordados no currículo escolar. Possivelmente em decorrência dessas condições, a abordagem desses temas é feita de forma superficial, prevalecendo um discurso de aceitação das diferenças objetivando o estabelecimento de um clima de convivência favorável ao desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Os dados evidenciam, ainda, a existência e tensões resultantes da obrigatoriedade de abordar o tema como conteúdo escolar e os preconceitos e discriminações mantidos por alunos e familiares na abordagem do assunto, como no caso das religiões de matriz africana. Tal situação nos faz refletir sobre a importância da ética e da superação dos preconceitos, pois conforme afirma Gomes (2007, p. 33), “a relação entre ética e diversidade nos coloca diante de práticas e políticas voltadas para o respeito às diferenças e para a superação dos

preconceitos e discriminações.” Assim, podemos entender que ser ético é ser respeitoso com o outro, sem inferiorizações com quem é diferente de nós.

Por fim, reconhecemos que já houve avanços na educação dentro da perspectiva da diversidade para as relações etnicorraciais e que tal fato pode ser atribuído à força das conquistas legais, fruto das reivindicações dos movimentos negros que lutam pela afirmação da sua cultura, da sua história, redimensionando o currículo escolar e a prática pedagógica. Entretanto, a temática necessita de muitas reflexões, pois ainda é perceptível a existência de muitas atitudes de falta de respeito, preconceitos e discriminações em relação aos afrodescendentes no Brasil.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Religião, campo religioso e relação entre religião erudita e religião do povo. In: VÁRIOS AUTORES. **Religião e catolicismo do povo**. Curitiba/PR: Cadernos Studium Theologicum/PUCPR, 1977, p. 07-38.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº. 11.645/2008**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília: MEC, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças Culturais, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. **Educação & Sociedade**, Campinas, jan.-mar. 2012, v. 33, n. 118, p. 235-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a15.pdf>

CAPUTO, Stela Guedes. O candomblé também está na escola. Mas como? In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

D’ADESKY, Jacques. **Racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Palas, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**. Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a08.pdf>. Acesso em: 12 de fev. 2017.

MOREIRA, Antônio Flávio; JÚNIOR, Paulo Melgaço da Silva. Currículo, Transgressão e diálogo: quando outras possibilidades se tornam necessárias. **Revista Tempos e Espaços em Educação**. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 9, n. 18, p. 45-54, jan. /abr. 2016. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/4962/4097>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

TRAMONTE, Cristiana. **Com a bandeira de Oxalá!:** trajetórias, práticas e concepções das religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. Itajaí: UNIVALI, 2001.

TRAMONTE, Cristiana. Gênero e diversidade nas religiões afro-brasileiras na Grande Florianópolis. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org). **Gênero e preconceito: anais** Florianópolis: Mulheres, 2006 [Recurso Eletrônico].

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.